

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul

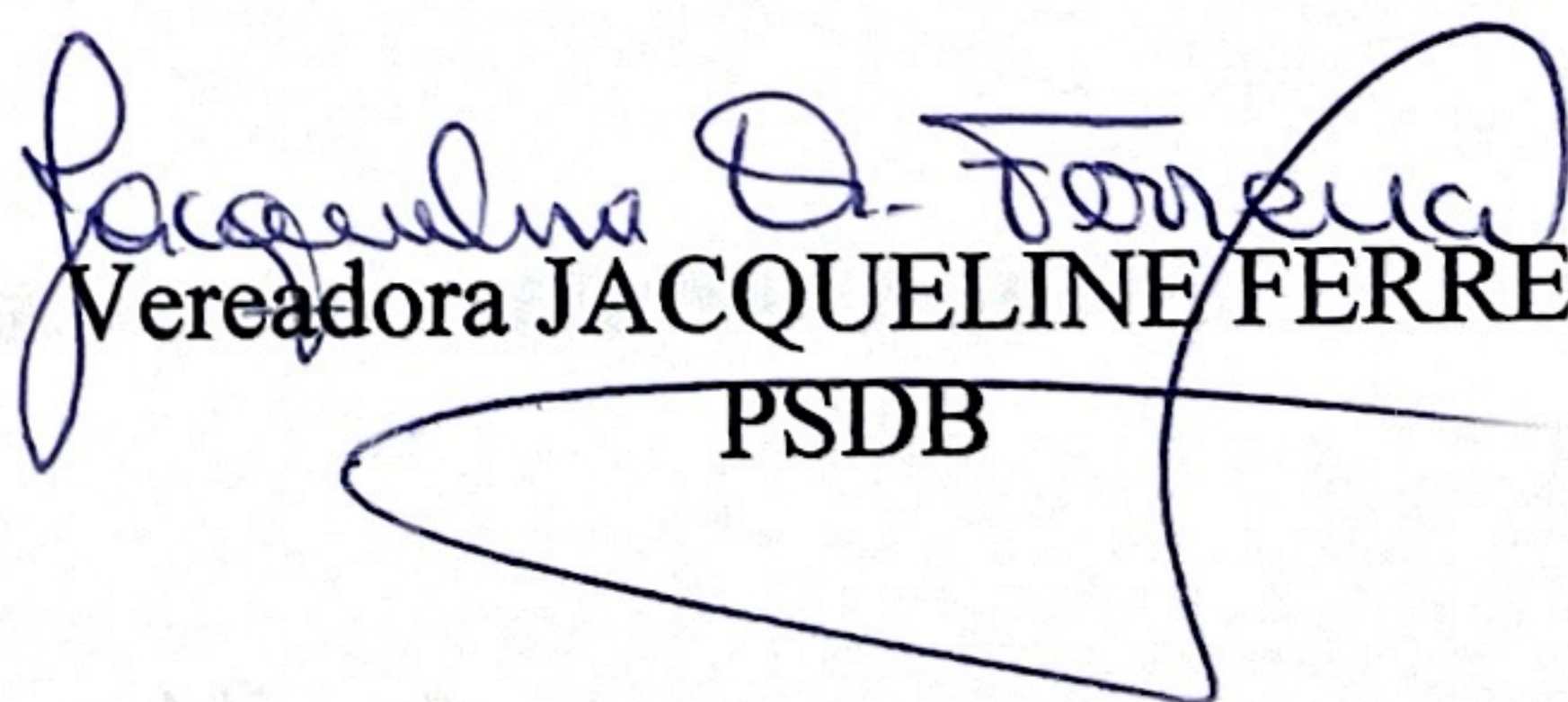
EXMO. SR. PRESIDENTE.

| | |
|-----------------------------|------------------|
| CÂMARA DE VEREADORES | |
| ACEGUÁ - RS | |
| Nº | 1921/2025 |
| Em | 28 de 03 de 2025 |
| | |
| Ester | |
| Protocolista | |

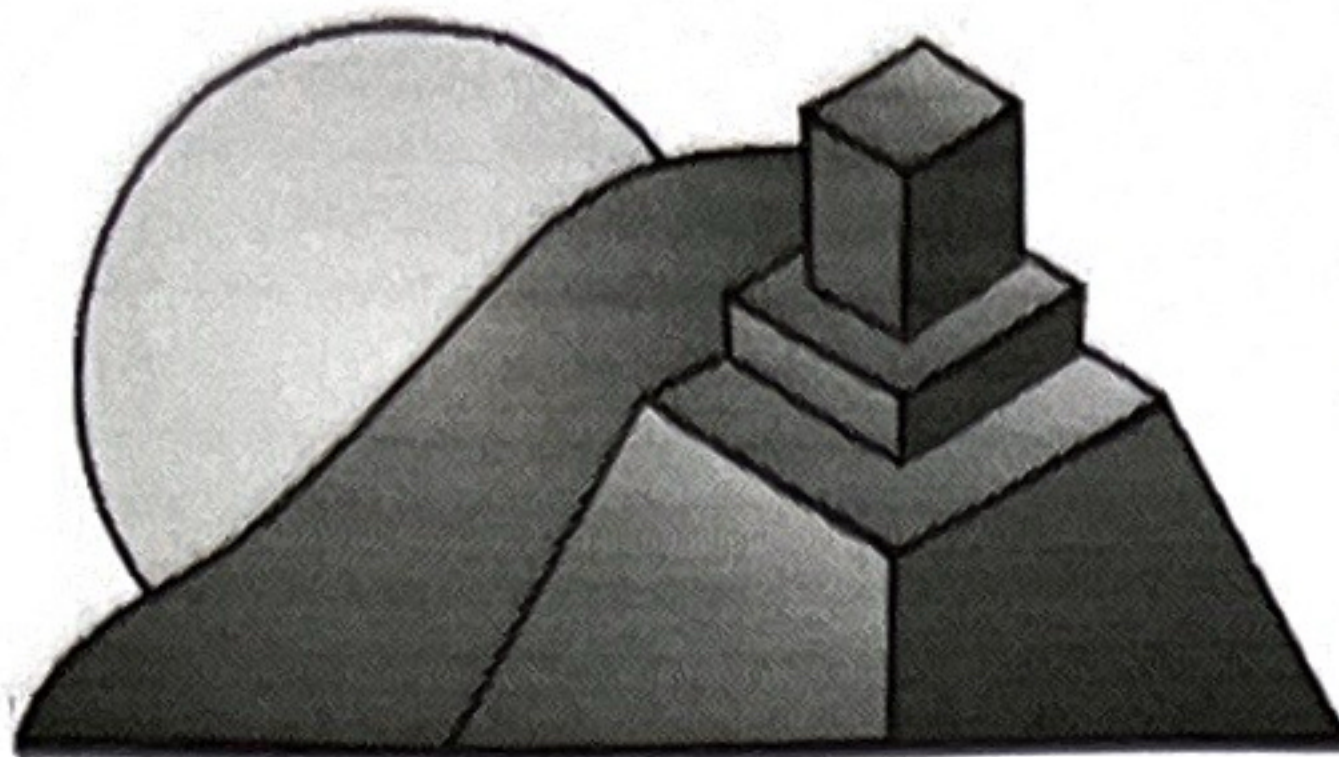
**REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE AO PODER
EXECUTIVO ENCAMINHANDO ANTEPROJETO
DE LEI.**

A Vereadora infra-assinado requer a Vossa Excelência, o envio de expediente ao Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que “Institui o Incentivo Fiscal de Redução do ITBI no Município de Aceguá”.

SALA DAS SESSÕES, 27 de março de 2025.


Vereadora JACQUELINE FERREIRA
PSDB

| |
|--------------------------|
| DESPACHO |
| Aceguá, 28 de 03 de 2025 |
| |
| Presidente |



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul

ANTEPROJETO DE LEI

**Institui o Incentivo Fiscal de Redução do ITBI no
Município de Aceguá.**

Art. 1.º Altera a alíquota do ITBI pelo período de 60 (sessenta) dias a contar do ato de publicação da presente Lei:

Art. 2º Sendo beneficiados com a presente Lei os imóveis localizados no perímetro urbano e rural do Município, nos seguintes termos:

I - Imóveis rurais até 50 ha e imóveis urbanos a alíquota do ITBI será reduzida para 0,5% (zero virgula cinco por cento);

II - Imóveis rurais acima de 50 ha até 120 ha a alíquota do ITBI será reduzida para 1% (um por cento);

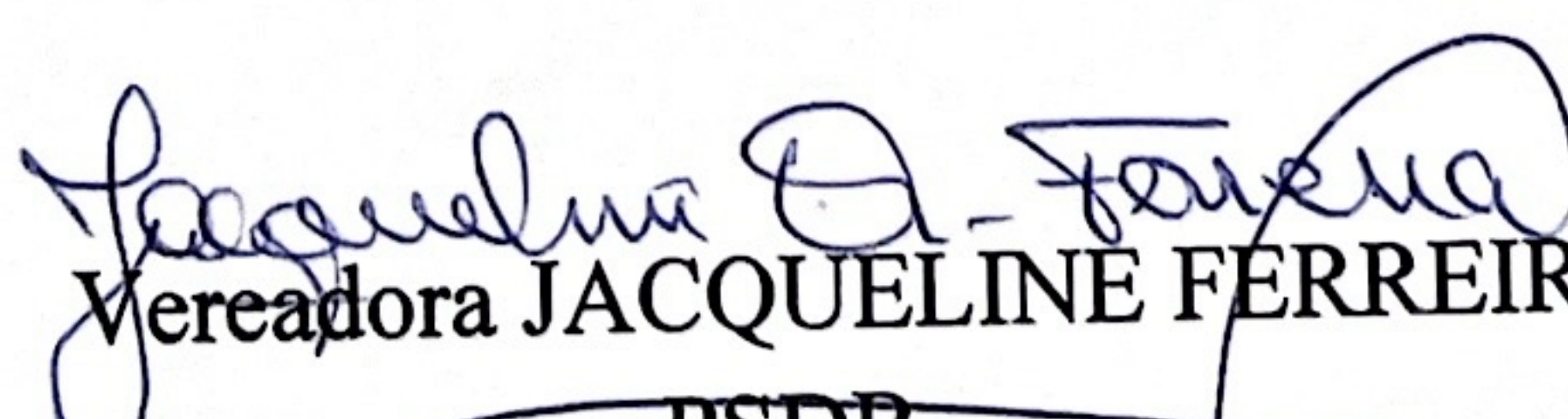
III - Imóveis rurais acima de 120 ha até 250 ha a alíquota do ITBI será reduzida para 1,5% (um virgula cinco por cento).

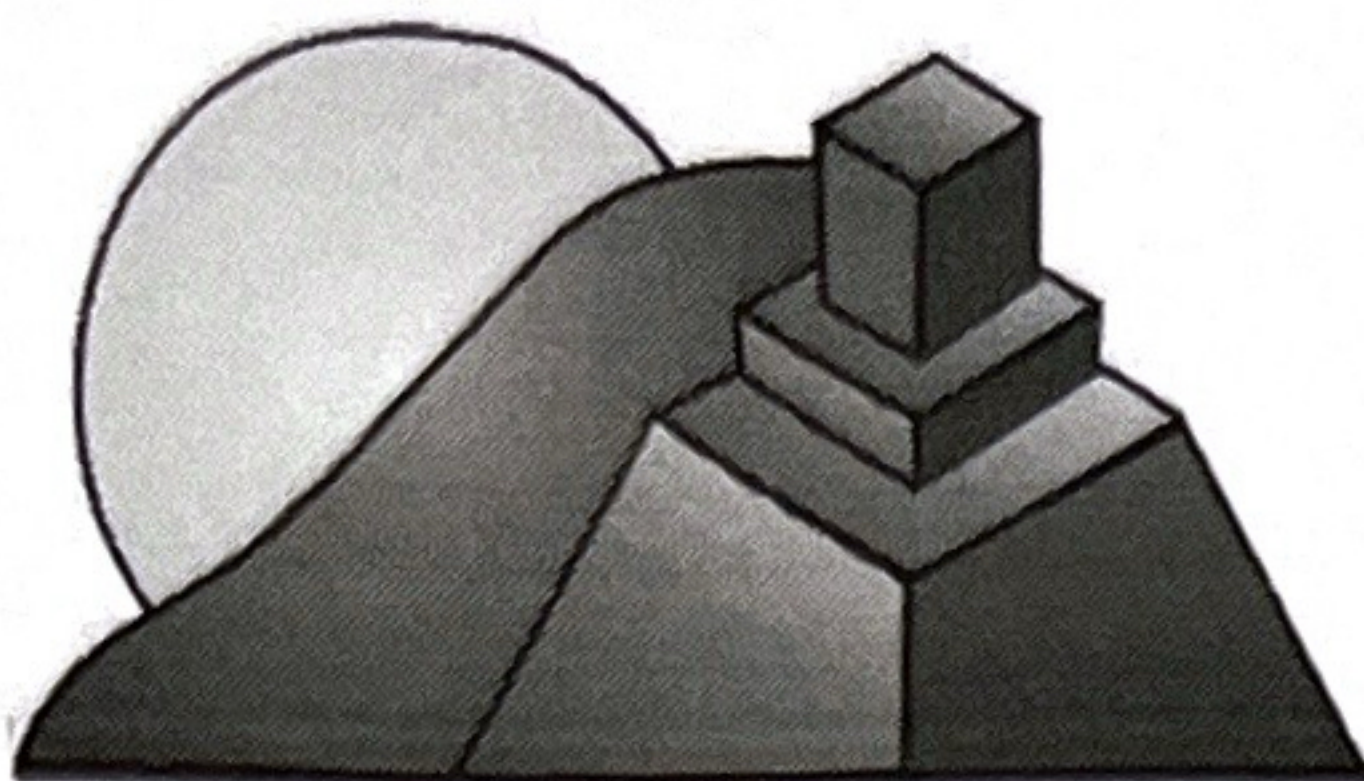
§ 1º As extensões de áreas referidas nos incisos I, II e III serão totalizadas por CPF ou CNPJ.

Art. 3º O prazo para pagamento das referidas guias de ITBIs será de 10 (dez) dias úteis a contar da liberação dada pela Secretaria da Fazenda.

Art. 4º Após o período de vigência da presente Lei, cessam os incentivos referente a alíquota reduzida.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Vereadora JACQUELINE FERREIRA
PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE AZEVEDO
Estado do Rio Grande do Sul

Justificativa

Objetiva-se promover a regularização dos cadastros de imóveis, considerando a dificuldade em obter-se dados do atual proprietário para fins de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano, acarretando a desatualização do cadastro municipal e a impossibilidade de cobrança do IPTU do real possuidor do imóvel.

Pelo exposto, solicita-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal apoio na aprovação da presente proposição.


Vereadora JACQUELINE FERREIRA
PSDB